

Arena de traços: os escritos de Carl Von Martius e Francisco Freire Alemão na composição de uma historiografia nacional¹

Arena of traits: The writings of Carl von Martius and Francisco Freire Alemão in the composition of a national historiography

Karoline Viana Teixeira²

karolineteixeira@gmail.com

Resumo: Partindo das afinidades intelectuais entre os botânicos Carl Friedrich von Martius e Francisco Freire Alemão, este artigo tem como propósito investigar o papel da escrita da história preconizado por Martius na formatação de um projeto histórico e ideológico para a nação brasileira. Num período em que a intelectualidade se debruçava sobre a possibilidade de estabelecer marcos históricos para uma nação neófito à luz da cultura oitocentista, Martius defende que a natureza seria a chave de leitura para entender as discontinuidades nas experiências do tempo e de civilidade nos trópicos. Num período em que as viagens exploratórias ao Novo Mundo tinham um relevante papel econômico, político e estratégico, o envio de uma comissão formada exclusivamente por cientistas brasileiros ao interior do Brasil evoca a busca na inserção no conjunto de nações civilizadas. O relato dessa viagem, feito por Freire Alemão, demonstra o poder da escrita como operador discursivo, ao organizar visões e sentidos numa narrativa que busca integrar os sertões ao restante do Império brasileiro.

Palavras-chave: escrita da história, relato de viagem, cultura oitocentista.

Abstract: Starting from the intellectual affinities among botanists Carl Friedrich von Martius and Francisco Freire Alemão, this article aims to investigate the role of the history writing advocated by Martius in formatting a historical and ideological project to the Brazilian nation. In a period in which the intelligentsia focused on the possibility of establishing landmarks for an emerging nation in the light of nineteenth-century culture, Martius argues that nature would be the reading key to understand the discontinuities in the experiences of time and civility in the tropics. In a period in which the exploratory voyages to the New World had an important economic role, politically and strategically, sending a committee formed exclusively by Brazilian scientists to the interior of Brazil conjures up the search for insertion in the set of civilized nations. The account of this journey, made by Freire Alemão, demonstrates the power of writing as a discursive operator as it arranges viewings and senses in a narrative that seeks to integrate the hinterlands to the rest of the Brazilian empire.

Keywords: history writing, travel report, nineteenth-century culture.

¹ Este artigo conta com financiamento do Programa de Orientação e Operacionalização da Pós-Graduação Articulada à Graduação (Propag).

² Doutoranda em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Quando estava na vila do Crato (entre 1859 e 1860), presidindo os trabalhos da Comissão Científica de Exploração, o botânico Francisco Freire Alemão recebeu uma carta de Carl Friedrich Philip von Martius, datada de dois anos antes. Um dos maiores naturalistas de seu tempo, Martius esteve em expedição pelo Brasil entre 1817 e 1820, dedicando o resto de sua vida ao estudo do país, além de manter uma rede de correspondência com botânicos de todo o mundo para a publicação de seu *Flora Brasiliensis*. O intercâmbio entre os dois botânicos vinha desde 1844, eivada de cordialidades, envio de amostras de plantas e troca de estudos botânicos. O teor da carta é desconhecido,³ mas, na resposta à missiva, datada de 20 de janeiro de 1863, Freire Alemão deixa de lado seu tom comumente obsequioso e solícito diante da insistência de Martius no envio tanto de amostras de plantas e madeiras brasileiras quanto dos estudos resultantes da expedição ao Ceará, da qual Freire Alemão também era chefe da Seção Botânica.

Reconheço quanto é legítima sua ansiedade por obter notícias e coisas botânicas da nossa terra, mas espero que desculpe o que notar em mim como negligência. Confesso-me pouco ativo; isto é manha cá nossa; e dizem que o calor é culpado disso. Não sei. Realmente não sou dos mais ativos; porém também espero alguma benevolência de pessoas razoáveis, como Vossa Senhoria, e que também está em circunstância de avaliar como aqui ocorrem as coisas. Eu tenho a minha vida bem atarefada; e não posso viver senão à custa dos meus ordenados, o que me ocupa grande parte do tempo, e tira-me o ânimo de fazer mais alguma coisa fora das minhas obrigações. Eis a minha desculpa. [...] Se Deus me conservar a vida ainda por algum tempo, talvez eu faça alguma coisa; sempre porém com a minha habitual pachorra. Desejo a Vossa Senhoria a melhor saúde e longa vida, para que leve ao fim a sua grande empresa, e lhe sobre descanso (Alemão in Damasceno e Cunha, 1964, p. 156).

A alusão à pachorra como justificativa para a demora no envio de trabalhos da Seção Botânica parece, no mínimo, estranha a um homem reconhecidamente atuante no meio científico, médico da Imperial Câmara, professor de diversas instituições de ensino, fundador e membro de sociedades científicas. Mais ainda se levarmos

em conta que o botânico tinha 62 anos quando empreendeu a viagem aos sertões cearenses, percorrendo a cavalo um território com poucos recursos, caminhos de difícil acesso e populações espargidas em fazendas e povoados miseráveis. De todas as seções da Comissão, a botânica havia sido a mais profícua tanto em materiais coletados — levando para a Corte um herbário com 14 mil amostras de plantas — quanto na produção escrita, incluindo um diário de viagem, memórias avulsas, desenhos, estudos botânicos *in loco*, entre outras.

Em 25 de janeiro de 1859, pouco antes de embarcar para o Ceará, Freire Alemão informa a Martius sobre a viagem para que o governo imperial mandava-o a fim de explorar algumas províncias do Brasil. “Sobre o resultado dessa expedição nada quero adiantar, é antes uma expedição de aprendizado, e de experiência para habilitar alguns moços a trabalhos ulteriores, e talvez mais importantes” (Alemão *in* Damasceno e Cunha, 1964, p. 151). Humildades à parte, um homem no crepúsculo da vida certamente veria na Comissão Científica não um treinamento para jovens naturalistas, mas o coroamento de sua trajetória profissional, mirando-se no que a viagem ao Brasil significou para a carreira de Martius. Só da Seção Botânica, Freire Alemão pretendia compor o *Catálogo Sistemático das Plantas Colhidas no Ceará, a Flora Cearense, o Estudo da Geografia Botânica do Ceará e a Narração da Viagem pelo Interior da Província do Ceará* (Braga, 1962, p. 95).

A missiva enviada em 1863 pode assim ser lida como um registro de quem vê seus melhores esforços e esperanças frustrados. Já no primeiro parágrafo desta carta, Freire Alemão dá conta dos (ou da falta de) resultados da viagem ao Norte: “Esta Comissão gastou dois anos e meio em seus trabalhos; mas foi muito contrariada, tanto pelas circunstâncias do país, como porque somos muito bisonhos nessas coisas [...]”. Mesmo tendo percorrido toda a província e feito uma boa colheita de plantas, admite que àquela altura a Seção Botânica “[...] ainda não pôde concluir o trabalho de revisão total e do arrançamento metódico das plantas colhidas ali; de sor[te] que ainda não sei exatamente do que consta o hervário” (Alemão *in* Damasceno e Cunha, 1964, p. 155). Infelizmente, seus escritos viriam a ter destino similar, já que pouco foi publicado em vida do botânico, falecido em 11 de novembro de 1871.⁴

³ No suplemento ao catálogo *Manuscritos do Botânico Freire Alemão*, consta que em 29 de novembro de 1913 a viúva de Freire Alemão, Maria Angélica, vendeu por 1:548\$000 parte da documentação pertencente ao botânico (correspondência ativa e passiva, documentos biográficos e papéis da expedição ao Ceará). Já a sobrinha Maria Freire Alemão doou uma coleção de escritos botânicos em 28 de dezembro de 1947. Outros documentos e desenhos foram adquiridos, mas sem identificação da origem (*in* Anais da Biblioteca Nacional, 1994, vol. 114, p. 199).

⁴ Às limitações da idade do botânico juntavam-se problemas de saúde e sua índole melancólica, que já o haviam obrigado a pedir uma licença médica durante a expedição. Em 14 de maio de 1863, morria precocemente seu sobrinho Manuel Freire Alemão, o Freirinho, vítima de uma ruptura de aneurisma. Como botânico assistente da Comissão, esperava-se que ele continuasse o legado do tio. Sua contribuição ficou limitada às “Considerações sobre as plantas medicinais da flora cearense”, publicada com o primeiro folheto da Seção Botânica. Freire Alemão ainda publicaria o segundo e o terceiro folhetos da Seção Botânica, mas, nos últimos dez anos de vida, acabou sofrendo três derrames cerebrais, que comprometeram severamente sua memória e sua capacidade de trabalho.

Ao analisar o conjunto de cartas que Freire Alemão enviara a Martius, percebe-se uma insistência por parte do naturalista bávaro nos pedidos de plantas e descrições fitográficas, bem como algumas reclamações quanto à demora em responder suas cartas e atender suas demandas. Mais de uma vez, Freire Alemão busca justificar-se relatando suas condições de trabalho e as especificidades dos estudos botânicos nos trópicos, posto que as “[...] árvores das matas virgens passam algumas muitos anos sem dar flor; é este um estudo curioso (o tempo da florescência) mas que exige uma observação continuada muitos anos para se chegar a algum resultado; eu não perco ocasião de tomar notas a respeito” (Alemão *in* Damasceno e Cunha, 1964, p. 151).

Tirando as colheitas ofertadas por familiares, amigos e mateiros, é o próprio Freire Alemão quem vai aos matos, colhendo por vezes flores e frutos de árvores mais frondosas a tiros de fuzil; faz o desenho e a descrição das amostras assim que retorna a casa, seca-as e por fim faz ele mesmo a gravação dos desenhos para impressão dos seus estudos, publicadas do próprio bolso — isso sem falar na incompreensão e no pouco apoio dado à botânica, “esse ramo das ciências, tão pouco conhecido, e ainda menos apreciado no nosso país, onde os interesses comerciais, e as questões de uma miserável política absorve[m] toda a atenção e todas as faculdades do espírito” (Alemão *in* Damasceno e Cunha, 1964, p. 134).

Para além de uma simples arenga entre botânicos ou de uma nota irônica e impaciente sobre a “preguiça tropical”, o trecho destacado no início deste artigo nos permite entrever algo mais profundo: a distância entre as pretensões do Império brasileiro em igualar-se aos grandes centros de saber europeus e uma realidade de falta de condições de trabalho e incompreensão do fazer científico. No retorno da expedição pelo Brasil, em 1820, Martius e seu companheiro de viagem, o zoólogo Johann Baptiste von Spix, foram agraciados com diversas regalias e condecorações pelo rei da Baviera, Maximiliano José I, patrocinador da viagem. Ambos passaram a receber uma renda vitalícia da Coroa e foram elevados à nobreza, passando a carregar o “von” em seus nomes e repassá-los a seus descendentes. Além disso, Martius tornou-se membro ordinário da Academia de Munique e segundo conservador do Jardim Botânico. Até sua morte, em 1868, o naturalista bávaro dedicou-se quase exclusivamente ao estudo do acervo trazido do Brasil e à publicação dos resultados da viagem exploratória (Lisboa, 1997, p. 54-55).

Já a Comissão do Ceará sofre uma série de constrangimentos. Limitação e/ou irregularidade no envio

de verbas, disputas entre os chefes de seções, críticas da imprensa local e da Corte e até a tentativa malfadada de aclimatação de camelos para a viagem marcam a permanência dos comissionados no Ceará. Os epítetos pouco lisonjeiros de “Comissão das Borboletas” e “Comissão Defloradora” dão uma ideia precisa das formas de apreensão do trabalho dos científicos pelas populações locais, ora vendo os cientistas como homens empenhados em trabalhos inúteis, ora taxando-os de espiões buscando riquezas desconhecidas. Após o retorno dos membros da Comissão, os produtos trazidos do Ceará foram objeto de várias exposições públicas, tendo sido incluídos na mostra de produtos nacionais levada para a Exposição Universal de 1862, em Londres. Mas não houve nenhuma grande publicação dos resultados da expedição, como inicialmente se ambicionava. A exemplo de outros acervos de naturalistas brasileiros,⁵ o material recolhido durante a viagem exploratória ficou intocado ou se extraviou em arquivos e depósitos por décadas.

Não quero fazer aqui uma comparação entre as trajetórias profissionais de Martius e Freire Alemão, ou mesmo entre as políticas da Baviera e do Brasil destinadas ao desenvolvimento científico. Entretanto, o movimento de naturalistas a explorar os sertões brasileiros ao longo do século XIX constituiu também uma referência para a arregimentação de forças em torno de um projeto histórico e ideológico para a nação brasileira, no qual Martius teria um papel relevante. Ao pôr em questão como incluir regiões e populações que não possuíam marcas de historicidade à luz da cultura oitocentista, o autor de *Como se deve escrever a história do Brasil* coloca a natureza como um equalizador dessas temporalidades, ou pelo menos um caminho possível para a escrita da história dos chamados povos americanos. Para escrever uma narrativa capaz de engendrar a história da natureza e a história dos homens, Martius defende que o historiador/autor deve lançar-se ao coração desses sertões, munido de um saber capaz de compor um quadro amplo, diverso e devidamente formatado para o olhar europeu.

A atividade do historiador comportaria assim a combinação de duas atitudes centrais: o ver e o saber elaborados por um sujeito que relata, combinando ao mesmo tempo a informação sensorial advinda de uma certa experiência da realidade a uma reflexão metódica sobre esta mesma experiência. Erga e Logoi participam da organização de um novo tipo de texto, cuja produção de von Martius parece bem exemplifi-

⁵ Flora Süssekind lista o extravio ou a perda dos acervos do baiano Joaquim de Amorim Castro e do mineiro Conceição Veloso. Os escritos e as coleções de outro naturalista baiano, Alexandre Rodrigues Ferreira, resultado de dez anos de pesquisa do Pará ao Mato Grosso, também tiveram fim semelhante, a ponto de não se conseguir identificar o que fazia parte de seu acervo (Süssekind, 2008, p. 72-73).

car. Não só ele, mas Vanbargen, duas décadas depois, também conferiria à experiência da viagem e da visão papel singular e central para a escrita de uma história do Brasil (Guimarães, 2000, p. 5).

Partindo da hipótese de que Freire Alemão adota esta perspectiva no diário de viagem que escreve durante o transcurso da Comissão Científica de Exploração, a proposta deste trabalho é analisar a escrita como um operador discursivo que procura dar determinados sentidos à realidade, estabelecendo relações de similitudes e diferenças a fim de dar a ver uma parte do país a um só tempo próximo e distante.

Freire Alemão, a ciência e o projeto de “antiguidade nacional”

Dentre os correspondentes estrangeiros de Freire Alemão, aos quais submetia o resultado dos seus estudos de plantas brasileiras, o trato epistolar com Martius foi o mais longo. Segundo Darcy Damasceno, entre 1844 e 1867, os dois trocaram um total de 29 cartas, sendo 17 de Freire Alemão (Alemão *in* Damasceno e Cunha, 1964, p. 28). A iniciativa partira de Martius, que envia com a carta o folheto *Sistema de matéria médica vegetal brasileira* e pede-lhe juízo sobre a obra. Já na resposta, um Freire Alemão comovido e agradecido comunica a Martius a assinatura de seu *Flora Brasiliensis* e pede-lhe indicação de autores ou mesmo o envio de obras que ele já não precisasse, propondo mandar em troca os estudos que fizesse dali em diante. É o início de uma troca intelectual em que Freire Alemão, comprometendo-se a escrever a Martius pelo menos uma vez por ano, se coloca como “um fraco aprendiz dos ilustres viajantes naturalistas, que percorrendo o Brasil, o tem feito conhecido na Europa pelos seus trabalhos, entre os quais têm os de Vossa Senhoria o primeiro lugar” (Alemão *in* Damasceno e Cunha, 1964, p. 116).

Ao longo dessa comunicação, fica claro que esta é a relação de um pupilo com seu mestre. Freire Alemão compartilha descobertas de espécies, relata seus avanços nos estudos fitográficos e pede esclarecimentos sobre aspectos das classificações do reino vegetal, denotando, tanto pela frequência quanto pelo conteúdo dessas missivas, o quanto o trabalho de Martius era referencial para nosso sábio do Mendanha.

Outra evidência da afinidade intelectual entre os dois botânicos foi o resultado do concurso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) a fim de premiar a melhor tese sobre o “Modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil”. A comissão julgadora — for-

mada por Freire Alemão, monsenhor Joaquim da Silveira e Thomaz Gomes dos Santos — escolheu o trabalho de Martius em detrimento da proposta de Henrique Julio Wallenstein, que preconizava a narração e a distribuição dos fatos dignos de se recordar pelo sistema de décadas, organizando os sentidos da história unicamente pelo critério cronológico. No parecer do concurso, datado de 20 de maio de 1847, a opção é justificada pelo alinhamento do texto de Martius às demandas da moderna historiografia e, por sua vez, às diretrizes que o próprio IHGB deseja imprimir à escrita da história pátria.

Parece à comissão que o autor desta memória [Henrique Wallenstein] não compreendeu bem o pensamento do vosso programa, porquanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com a simples distribuição das matérias, e isto por um método puramente fictício, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a produzir uma história do gênero filosófico, como se deve exigir atualmente (Revista do IHGB in Guimarães, 2007, p. 100).

Neste ponto, é preciso salientar a importância do IHGB no conjunto de instituições — como o Colégio Pedro II e o Museu Imperial — patrocinadas e acompanhadas pelo imperador Pedro II a fim de forjar simbolicamente a neófito, frágil e contraditória nação brasileira. Fundado em 1838, o IHGB surge num período de mudanças que levariam à institucionalização do saber histórico, dando-lhe estatuto de ciência. As *sociétés savantes* que se difundiram no Ocidente ao longo do século XIX se constituíram num lugar privilegiado para pôr em prática o projeto de uma história, submetendo métodos e tradição da pesquisa antiquária ao crivo acadêmico a fim de conservar, pesquisar e divulgar suas respectivas histórias nacionais — ainda que a ruptura com o legado colecionista não tenha ocorrido de todo. Não por acaso, essas instituições manterão um intenso intercâmbio intelectual, afinando as posturas relativas ao tratamento da disciplina histórica em formação ou mesmo em busca de origens comuns através do compartilhamento de documentos e artefatos.

No Brasil, o IHGB representará um esforço no sentido de estabelecer uma história nacional, intento particularmente difícil num país às voltas com o legado colonial e uma ruptura que alçou ao trono um membro da realeza metropolitana. Ainda que politicamente tenha se afirmado como a única monarquia bem-sucedida em toda a América — vivenciando, na segunda metade do século XIX, momentos de estabilidade política e certa pujança econômica —, o império brasileiro encontrava-se às voltas com uma série de contradições, num período em que noções como *pátria* e *nação* não estavam bem

delimitadas, sem falar nas múltiplas identidades políticas que coexistiam num mesmo território, muitas das quais opostas à unidade salvaguardada pelo imperador (Jancsó e Pimenta, 1999, p. 130-131).

Um mesmo território abrigava em seu interior regiões de paisagens intocadas e populações em estado edênico, vilas e cidades arraigadas aos usos da antiga metrópole e uma Corte que aglutinava todas essas contradições a um só tempo, na medida em que, malgrado “língua, costumes, arquitetura e afluxo de produtos da indústria de todas as partes do mundo [que] dão à praça do Rio de Janeiro um aspecto europeu”, logo se depara “com a turba de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte [...] [e] fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria” (Martius *in* Guimarães, 2000).

A “incompreensão” do programa do concurso por Júlio Wallenstein, conforme a avaliação da comissão julgadora do IHGB, evidencia, nos membros dessa elite intelectual (do qual Freire Alemão fazia parte), a importância de não apenas narrar os fatos do passado e localizá-los temporalmente, mas reconstruir o passado, no qual o historiador/autor intervém de forma direta na seleção e na hierarquização desses fatos na narrativa. Uma concepção de história “filosófica”, diz o parecer, cuja escrita deveria fornecer ao leitor sentido e finalidade, guiada pelo sentimento de pátria — concebida “[...] não apenas como referência a um lugar de nascimento, mas, sobretudo, como sentimento de pertencimento a uma comunidade, que se expressaria territorial, política e culturalmente” (Guimarães, 2007, p. 105). Essa postura está concatenada com a constituição das nações modernas no século XIX, mas que, no caso brasileiro, terá contornos específicos, mais precisamente na tentativa de resolver os impasses para a definição de uma cronologia do Novo Mundo anterior à chegada do europeu.

O programa de Martius, em linhas gerais, defende que, diante da grande extensão do território brasileiro, da variedade tanto da natureza quanto dos grupos humanos que nela habitam, há que se engendrar uma escrita que procure integrar a soma dessas particularidades num todo integrado e coeso chamado Brasil. Um todo a ser abordado a partir de uma perspectiva “pró-naturalista”, em que as ações humanas são determinadas por condicionamentos semelhantes aos do mundo físico, desconsiderando padrões tipicamente humanos ou culturais (Wehling, 1994, p. 731). A história do Brasil é, antes de tudo, uma história

natural: o brasileiro é resultado da mescla das raças branca, indígena e negra, em que se “reconhece” a contribuição destes dois últimos na formação de um espírito nacional — nos momentos em que estes souberam adotar a civilidade do português desbravador, contribuindo no processo de colonização.

Mas como incluir regiões e populações que não possuíam documentos, monumentos e outras marcas de historicidade à luz da racionalidade em voga? Em sociedades que não vivenciaram diretamente a presença da cultura clássica, suas academias e seus institutos históricos elegeriam os tempos recuados como índice possível para a “antiguidade nacional”. “Desta forma os valores da civilização não seriam apanágio exclusivo da tradição greco-romana, podendo inclusive ser encontrados num passado anterior a estes tempos e mesmo em sociedades que não teriam sido, a não ser muito tardiamente, marcadas pela presença dessa herança” (Guimarães, 2001, p. 21). No caso brasileiro, se as contradições do presente não forneciam os elementos necessários para a construção da consciência e da identidade nacionais — a ponto de o próprio IHGB protelar ou mesmo impedir a divulgação de documentos relacionados ao passado imediato do Império⁶ —, nossos letrados recorreram aos registros exemplares dos homens e aos feitos dos tempos da colonização bem como à natureza tropical para demarcar a singularidade de nossas origens.

Ao centrar foco no mundo natural, os membros do IHGB seguiam uma tradição de pesquisa e formação de inventários estabelecida desde o século XVIII, que também trazia em seu bojo objetivos políticos, econômicos e estratégicos. Ciosa em descobrir artefatos, técnicas, plantas ou minerais que reforçassem o erário real, a metrópole portuguesa, com o suporte intelectual da Universidade de Coimbra, tomou para si a incumbência de formar exploradores e naturalistas luso-brasileiros e enviá-los para devassar suas possessões coloniais. Os vassalos ilustrados da Coroa, além de enviar produtos que pudessem dinamizar as trocas comerciais entre o império e o ultramar, deveriam remeter memórias, relatórios e desenhos de tudo o que vissem e ouvissem em suas viagens. “[...] A produção de inventários e a circulação de notícias permitiam tornar mais palpável a ideia de um império colonial, composto por possessões que aos poucos se integravam e tornavam-se interdependentes” (Raminelli, 2008, p. 214).

Em 1808, com a chegada da Família Real ao Rio de Janeiro e o fim do exclusivismo português, os portos do Brasil foram franqueados às “nações amigas”, beneficiando

⁶ Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, o arquivamento, o protelamento de publicações e até mesmo a censura de documentos a serem publicados na *Revista do IHGB* eram prática comum na associação beletrista, visando selecionar versões de episódios históricos mais compatíveis com o projeto político em curso e preservar a imagem de sócios envolvidos em momentos do processo de Independência e do Primeiro Reinado. Em 1847, Freire Alemão chega a propor a instituição de uma “arca do sigilo”, destinada a guardar para a posteridade “[...] notícias históricas que alguém queira enviar, lacradas em cartas [...] que só serão abertas no tempo em que seu autor determinar” (Alemão *in* Guimarães, 2011, p. 75).

não somente os interesses comerciais do Velho Mundo, mas também dando ensejo para que estes países enviassem representantes de suas respectivas academias e centros de saber para aqui empreender um “novo descobrimento”. Karen Macknow Lisboa (1997) define a viagem científica empreendida no século XIX como uma etapa do processo do conhecimento norteado por um “projeto ilustrado”, em que a atração pelo exótico, a pesquisa naturalista e o gosto pela errância se coadunam com interesses de esfera pública, como o desenvolvimento da ciência, a coleta de artefatos e formação de coleções para museus de história natural e a investigação de recursos potencialmente exploráveis.

Antes da Comissão Científica de Exploração, o próprio IHGB já vinha empreendendo uma série de ações e alianças com o intuito de fixar as origens da nação, baseada nas teorias de que o indígena brasileiro era resultado da degeneração de uma raça superior e outrora civilizada: desde a associação com a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, em busca de uma ligação arqueológica ancestral entre a *terra brasílica* e o Norte europeu, até a organização de uma viagem exploratória ao interior da província da Bahia, para onde o cônego Benigno José de Carvalho partiu em 1841 ao encontro das ruínas de uma suposta cidade perdida, o que provaria a ocupação dos sertões em tempos remotos. Nenhum deles conseguiu atingir seu intento.

Mas, no discurso proferido na sessão do IHGB de 30 de maio de 1856, Manoel Ferreira Lagos dirige-se ao imperador Pedro II e exorta-o sobre a necessidade de o governo “nomear uma comissão de engenheiros e naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil”. Lagos justifica tal necessidade ao questionar os resultados da viagem do conde de Castelnau às regiões centrais da América do Sul e aproveita para dar conta de um sem número de imprecisões e equívocos que teriam sido cometidos por viajantes e naturalistas estrangeiros que aqui estiveram (Braga, 1962, p. 16-17).

Ao defender o escrutínio do país de si para si, sem a mediação de doutos estrangeiros, o zoólogo entende que cabe à nossa “elite letrada” a tarefa de formar “um sentimento de patriotismo, de nacionalismo, de um espírito brasileiro, de um caráter nacional, de unanimidade de sentimentos, de unidade territorial, de um sentimento de independência, de opinião pública, de uma sociedade coesa” (Lisboa, 1997, p. 278), procedimento afinado também com a historiografia de matriz romântica, em que o conhecimento verdadeiro só é possível quando o pesquisador coloca-se literalmente em campo, perscrutando aquilo que era negligenciado pela fria análise econômica e estatística, considerada insuficiente e parcial. “Para os românticos da virada do século XVIII e início do século XIX, viajar é uma experiência intelectual imprescindível.

O deslocamento no espaço os auxilia a pensar sobre um conjunto de materiais novos e, principalmente, diferentes” (Cezar, 2010, p. 29). Somente o contato direto e profundo com o objeto de pesquisa, apoiado pelo olhar armado do homem de saber em movimento de “estranho em terra estranha”, permite ver além da exterioridade, tornando o mundo plenamente cognoscível.

O que menos importa na análise do discurso de Lagos são os “erros” ou os “acertos” das observações feitas pelos exploradores de fora, e sim o fato de o zoólogo privilegiar um olhar e um discurso produzidos “de dentro”, suscitando a necessidade de o Brasil se equiparar às demais nações civilizadas no tocante à produção de conhecimento e mesmo de autoconhecimento. A imprecisão de Lagos, membro de uma sociedade científica que se dedicava ao estabelecimento de marcos fundadores e de uma história nacional, pode ser entendida na medida em que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 1996, p. 10).

Ainda que a Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem tivesse ficado a cargo do escritor Antônio Gonçalves Dias, o fato é que o diário de viagem do botânico Francisco Freire Alemão é um dos mais importantes documentos legados pela Comissão Científica de Exploração. Durante seu percurso de dois anos e meio pelo interior da província do Ceará e partes de Pernambuco e Piauí, é possível perceber que a forma e os assuntos de que Freire Alemão trata em seu relato extrapolam o cotidiano dos estudos botânicos ou da administração da viagem.

Assim, a melhor maneira de abordar este diário como objeto de pesquisa é colocar em relevo não somente as ações de que trata o documento, mas o documento em si, pois “todo ator histórico e, mais ainda, todo objeto histórico têm um propósito — ou um intento ou, por assim dizer, uma ‘qualidade intencional’. [...] A intenção é a peculiaridade que as coisas têm de se inclinar para o futuro” (Baxandall, 2006, p. 81), um propósito que nos permite entrever o quanto as composições mnemônicas são perpassadas por matrizes ideológicas diversas e complexas, num momento em que tendo como horizonte os princípios da civilização europeia, procura-se estabelecer uma via original e independente do fazer científico.

Diário de viagem: ver, saber, narrar

Uma das características mais intrigantes do diário de Freire Alemão é a capacidade do botânico em organizar narrativamente distâncias, espaços, vistas, sensações,

conversas, descrições vividas e colhidas numa escrita feita ao longo do caminho. “O diário é, por conseguinte, não somente o resultado dessa viagem, mas ele mesmo um registro da mobilidade em apreço e só por ela tornado possível” (Silva Filho, 2006, p. 16). Das folhinhas escritas pelo presidente da Comissão Científica, tem-se um panorama, dia a dia, da expedição; desde a saída dos comissionados de Fortaleza, em 16 de agosto de 1859, até o retorno definitivo à Corte, em 24 de julho de 1861, em que a última frase contabiliza terem sido gastos “na nossa viagem ao Ceará dois anos e meio, mais dois dias” (Alemão, 2011, p. 559).

Raríssimo é o dia em que resume períodos inteiros a um “5 e 6: Foram dias sem chuva e sem novidades” (Alemão, 2011, p. 282). O mais comum é que o botânico desse conta de todo o dia, da manhã até a noite, independentemente se registrasse o tempo gasto no trabalho da expedição, os percalços do deslocamento de uma vila a outra ou passeios e conversas nos momentos de lazer. Especialmente na segunda parte da viagem, Freire Alemão faz anotações minuciosas sobre o tempo e a temperatura, muitas vezes registrando com detalhes mudanças climáticas e de temperatura no decorrer do mesmo dia, além de fazer comparações do registro do termômetro em diferentes locais (dentro da alcova, na sala, à janela ou do lado de fora da casa ou do sítio em que se hospedavam).

Entretanto, o diário não se prestava apenas a tratar assuntos do chamado domínio público. Diários e relatos de viagem integram um movimento bem mais amplo no oitocentos, em que a escrita de si era um dos marcadores da cisão entre os códigos sociais exteriorizados e impessoais do Antigo Regime, associadas pela sociedade burguesa ao esnobismo e à falsidade, e uma intensa privatização da existência, mais “verdadeira” e “segura”, cujas demandas de retraimento e silêncio vão se infiltrando no meio público em nome da dignidade. Na medida em que a sociedade burguesa do século XIX passa a se regular socialmente pelas “tirânicas da intimidade” (Sennet, 1988, p. 15-44), instituições (família), espaços (quarto individual) e objetos (diários) destacam-se como lugares seguros e autorizados do desvelamento do eu.

Por vezes, as situações mais amenas davam-lhe ensejo para arroubos melancólicos e românticos. “[...] e por essa ocasião fiz ainda meus adeuses às moças, que cheias de amabilidade me disseram: ‘O senhor deixa muita saudades’. ‘Como é possível, minhas senhoras, se eu as levo?’, disse eu. ‘Mas deixa mais do que levo’, disseram”. Em seguida, ele confessa: “Sem dúvida que eu saí saudososo daquele lugar. Se acontecer que alguém leia isto, me tomarão por bastante pueril nestas coisas. Mas são notas que faço para mim, são recordações, para outros tempos”. Nesse sentido, há na própria escrita uma necessidade de

mostrar que o diário é um suporte de memória pessoal, e não somente um relato científico. Dando continuidade à sua escrita em nome da saudade, o autor chega a reconhecer que havia um sentido terapêutico no ato de registrar: “Tenho tanta necessidade de emoções para fazer diversão à minha habitual tristeza, que tudo me impressiona, e a cessação dessas impressões me deixa sempre saudade” (Alemão, 2011, p. 443).

A segurança e o alento proporcionados pelo diário num meio estranho, por vezes hostil, dão ocasião a descrições pouco usuais para a época, mesmo num relato íntimo: “[...] abaixei-me e fiz um despejo horrível, tanto por baixo como por cima com ânsias, com um sentimento de desfalecimento, angústias de vomitar, copioso suor e por um momento tive uma síncope que foi instantânea, mas que eu senti a interrupção do sentimento saindo como de um sonho” (Alemão, 2011, p. 79). Em outra ocasião: “Fui chamado de manhã cedo para ver o Dr. [Gonçalves] Dias, que se apresentou com um tumor sobre o escroto esquerdo, que ainda não pude classificar e que me tem dado bastante cuidado” (Alemão, 2011, p. 283).

Entretanto, o fato de coadunar funções públicas e privadas não implica que estas estejam necessariamente em separado no texto. As “tirânicas da intimidade” a que nos referimos não se expressam da mesma forma em locais e períodos distintos, principalmente se tratamos de um país em que a cultura e as sensibilidades ainda são bastante marcadas pela herança ilustrada ou mesmo colonial. As mudanças no tempo não levam a rupturas radicais, e, em determinadas situações, essa frouxidão nas fronteiras reúne situações em princípio inconciliáveis. No limite, é viável perceber, nesses trechos, a imposição de um imperativo do dever científico frente a quaisquer pudores ou sentimentos de indiscrição. Descrever certas reações corpóreas pode ser também uma forma de medir as condições do meio numa situação de deslocamento ou o estado de desenvolvimento de ciências como a medicina entre os locais.

Para grande parte dos naturalistas do século XIX, a multiplicidade de sensações que envolvem o naturalista em sua viagem poderia e deveria ser descrita pela ciência. Daí o uso de representações pictóricas e a preocupação com os recursos literários das narrativas de viagem. Assim, o cientista que se fez viajante escolheu não apenas ver com os próprios olhos, mas ouvir e sentir com o próprio corpo os fenômenos lá onde acontecem. Talvez resida aí uma das hesitações da ciência romântica, já que, se por um lado o viajante romântico produzia ciência in loco, por outro, acabou se especializando no registro preciso de sensações e fenômenos, em consonância com os métodos científicos estabelecidos na época (Kury, 2001, p. 866).

Não se quer dizer aqui que os demais relatos de viagem do período careçam dessa força narrativa — como é o caso, para ficar apenas em alguns exemplos, de *Viagem ao interior do Brasil*, do naturalista escocês George Gardner (1975); *Viagens ao Nordeste do Brasil*, do português de ascendência inglesa Henry Koster ou o próprio *Viagem ao Brasil*, de Spix e Martius. Entretanto, é preciso salientar que estes relatos, uma vez destinados à publicação, passaram em maior ou menor grau por uma edição *a posteriori*, em que era possível acrescentar informações detalhadas sobre os espécimes, fazer digressões e comparações, como também subtrair questões de foro privado ou opiniões que pudessem ofender susceptibilidades.

Diante de tantas descrições, comentários, confrontos de versões, desenhos e sensações alinhavados numa narrativa fluida e segura, sempre se pode questionar se o manuscrito hoje preservado pela Biblioteca Nacional foi, de fato, escrito durante o percurso pelos sertões ou se Freire Alemão fez um relato mais circunstanciado depois da viagem. Dois aspectos nos levam a não apostar nesta segunda hipótese. O primeiro é o próprio desapontamento de Freire Alemão com a expedição, como foi ressaltado no início do artigo. Ao voltar para a Corte, o botânico abriu mão dos rendimentos da Comissão Científica, condição que impôs para sua permanência no projeto (Braga, 1962, p. 91). Talvez por isso a referência, na carta a Martius, à falta de tempo e à dependência dos ordenados, então provenientes do magistério na Escola Central Militar, trabalho que o obrigava a viagens cansativas entre seu sítio no Mendanha e a Corte.⁷ Com a entrada do Brasil na Guerra do Paraguai, em 1864, os gastos com a Comissão foram cancelados de vez, em favor do esforço beligerante. Somando-se a tudo isso a idade e os problemas de saúde, tais circunstâncias dificilmente favoreciam a continuidade do trabalho.

Outro aspecto que nos leva a descartar a hipótese de uma escrita posterior é a presença de várias passagens em que o botânico se descreve em situações que um homem de seu tempo e posição jamais admitiria abertamente — “Estava a sala ainda sem luz e o Cândido, com o seu desembaraço, fez que a filha e as duas sobrinhas me abraçassem, o que eu aproveitei apertando-as bem [...]” (Alemão, 2011, p. 124, grifo meu) — ou ainda detalhes sobre a relação, nem sempre cordial, com demais os membros da Comissão, principalmente com Lagos, da Seção Zoológica, companheiro de viagem e protagonista de uma série de situações que Freire Alemão considerava desairosas à imagem da Comissão Científica.

É o caráter mais singular que conheço: desabrido, despótico, arrebatado, não atende a nada, não sofre a menor oposição a seus desejos nem aceita a mais pequena reflexão que o contrarie. E nos seus furores é indiscreto quanto se pode ser. O meu amigo Lagos, sem o querer, sem pensar nisso, reputa-se senhor do seu tempo e desembaraçado de qualquer dever e responsabilidade. É um homem que viaja por si, a sua custa, e para se divertir, principalmente. [...] Tem escrito resmas de papel, mas aí não se acha uma página de zoologia! Tenciona sem dúvida apresentar esses trabalhos ao Instituto sem se lembrar que esse é um meio de fazer reparar no pouco que se ocupa com os trabalhos de sua seção (Alemão, 2011, p. 122).

É pouco provável que tais adjetivos e comentários sobrevivessem a um processo de reescrita, inclusive porque estamos tratando aqui de um documento produzido a serviço de um Estado. Assim como a divulgação de determinadas informações poderia ir de encontro aos interesses estratégicos do agente financiador, não seria apropriado mostrar-se em conflito com colegas de expedição.

Abraçando então a hipótese de que o documento que conhecemos como diário de viagem de Freire Alemão corresponde ao texto integral, escrito durante o transcurso da Comissão Científica, sem cortes nem supressões, temos então uma narrativa metódica e detalhada, seguindo as prescrições que orientavam o registro de viagens científicas desde o século XVIII, mesmo diante de condições pouco propícias, uma escrita que exigia precisão, detalhismo e tempo. Mas temos também uma narrativa em que se deve levar em conta os predicados do autor, já que, na maioria dos casos, estas anotações feitas *in loco* eram retrabalhadas por seus autores no retorno da viagem. Uma escrita feita a cada pouso, deitado na rede ou mesmo sobre as malas de viagem, por vezes só encontrando abrigo “debaixo duma árvore de pau branco desfolhada, exposta ao sol” (Alemão, 2011, p. 308). Mais de uma vez, o chefe da Seção Botânica alude às dificuldades de proceder naqueles sertões a uma escrita que exigia precisão, detalhismo e tempo. Nas vilas e cidades, havia grande concorrência de mendigos, cegos e aleijados a pedir esmolas nas casas em que se hospedavam, ou de velhos e senhoras para se “receitar” com o médico Freire Alemão. Já no campo, como parte da viagem foi empreendida em início de tempo invernos, em várias passagens, o botânico reclama da presença constante e incômoda de moscas e mosquitos, que ele atribui ao desasseio nas casas e nos currais das fazendas, onde observa os vaqueiros trabalharem metidos até as pernas num lamaçal “quase só de bosta” (Alemão, 2011, p. 428).

⁷ A região do Mendanha, onde Francisco Freire Alemão nasceu e viveu boa parte da sua vida, está inserida no atual bairro de Campo Grande, distante cerca de 45 quilômetros do centro do Rio de Janeiro.

[...] quando todos se retiraram e que quis escrever [riscado “os nossos”] estes apontamentos, foi necessário, antes, formar facho de papel e queimá-los pelas paredes; mas eram tantos, e vinha sempre reforço, que abandonei a empresa e pus-me a escrever atormentado por elas; além das moscas, de dia há mais uma espécie de mutuca, que se confunde com elas, que dão boas ferroadas (Alemão, 2011, p. 434).

Como explicar então a reunião de temas e fenômenos variados e mesmo díspares num relato claro, metódico, a despeito de todas as privações e dificuldades que o botânico experimentava? Um caminho possível é pensar que Freire Alemão, botânico experiente e a par dos avanços científicos de seu tempo — fato denotado pela atuação intelectual e pela correspondência que mantinha com eminentes naturalistas estrangeiros, de quem recebia o tratamento de “sábio” —, estivesse familiarizado com o uso de narrativas de viagem como instrumento de pesquisa e, por conseguinte, com as formas de se compor a escrita desses relatos. Se os viajantes do século XIX buscavam a produção de um conhecimento científico seguro, a escrita deveria seguir um método, basear-se em certas diretrizes. No caso de Martius, autor referencial para Freire Alemão, esse método de trabalho preconiza a observação dos fenômenos regida pela razão e pelo conhecimento acumulado, apropriando-os e organizando-os na e pela escrita. Caberia a quem escreve este relato produzir relações de sequencialidade e simultaneidade a um conjunto aparentemente díspar, guiando-se pela ideia de que “o mundo natural escondia, por trás de uma aparente desordem, uma ordem, a qual obedeceria a princípios claros, racionais, lógicos” (Coelho, 2010, p. 33), princípios que defende em *Como se deve escrever a história do Brasil* e coloca em prática em seu relato, *Viagem ao Brasil*.

Martius, agora o viajante-historiador, realiza com este texto emblemático as condições para a emergência do texto histórico no sentido moderno. O ter visto e o ter estado no Brasil asseguram-lhe as condições de produção do seu texto, reafirmando o sentido implícito no termo “história” em que o ver é a condição para o saber. Aliás, não é outra a sua postura quando ao sublinhar que para a escrita de uma verdadeira história do Brasil, capaz de comportar um retrato de todas as regiões do vasto território, tornava-se indispensável “que o historiador tivesse visto estes países, que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades de sua natureza e população” (op. cit., 400, grifo do autor). Ou seja, que pudesse fundar sua escrita a partir de uma experiência semelhante a que realizara duas décadas antes em companhia de von Spix (Guimarães, 2000, p. 17).

É a natureza, em sua diversidade e onipresença, que oferece a chave para entender o que parece descontínuo, irregular em termos de experiência do tempo e de civilidade. “Também a natural consequência do grau atual de civilização do Brasil é que o habitante deste país tropical, todo cercado das fantásticas, pinturescas e poéticas belezas naturais, sente-se mais perto do gozo espontaneamente oferecido por estes tão ditosos céus, do que da arte que só se atinge com esforço” (Martius in Guimarães, 2000). É uma vez tendo penetrado nesses sertões, organizando tudo o que era apreendido pelos sentidos através do repertório proporcionado pela ciência, Martius conclui que a escrita teria o poder de domesticar a natureza, um primeiro passo a fim de redimir a ausência de marcas de origem e os efeitos do isolamento das populações.

Ainda que não tomasse para si o dever de historiar, é possível perceber, no relato de Freire Alemão, a busca de uma legitimidade pela integração do particular a essa história do conjunto da nação. Como registro de uma memória e memória de um registro, o diário é um objeto privilegiado tanto para abordar experiências vivenciadas quanto para divisar a tessitura diversa e complexa das composições mnemônicas, congregando as conexões entre o sujeito nas suas vivências privadas e na sua relação com o coletivo, mesmo que as tais “circunstâncias do país” tenham levado a um conhecimento tardio desse documento.

Referências

- ALEMÃO, F.F. 2001. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza, Fundação Waldemar Alcântara, 596 p.
- BAXANDALL, M. 2006. *Padrões de Intenção: a explicação histórica dos quadros*. São Paulo, Companhia das Letras, 248 p.
- BRAGA, R. 1962. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 405 p.
- CEZAR, T. 2010. Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. *Almanack Brasileiro*, 11:26-33. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1808-8139.v0i11p26-33>
- COELHO, M.C. 2010. *A epistemologia de uma viagem*. São Paulo, Editora Livraria da Física, 176 p.
- DAMASCENO, D.; CUNHA, W. da. 1964. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão, catálogo e transcrição*. Rio de Janeiro, Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 374 p.
- FOUCAULT, M. 1996. *A ordem do discurso*. 16ª ed., São Paulo, Edições Loyola, 79 p.
- GARDNER, G. 1975. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Livraria Itataia/Editora da Universidade de São Paulo, 260 p.
- GUIMARÃES, L.M.P. 2001. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2ª ed., São Paulo, Annablume, 180 p.
- GUIMARÃES, M.L.S. 2007. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: I.M. de CARVALHO (org.), *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 93-122.

- GUIMARÃES, M.L.S. 2000. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, 7(2):391-413. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702000000300008&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 15/05/2013.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702000000300008>
- GUIMARÃES, M.L.S. 2001. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: A. HEIZER; A.A.P. VIEIRA (org.), *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro, Access, p. 1-28.
- JANCSÓ, I.; PIMENTA, J.P.G. 1999. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: C.G. MOTA (org.), *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3ª ed., São Paulo, Editora Senac, p. 128-175.
- KURY, L. 2001. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, VIII(suplemento):863-880.
- LISBOA, K.M. 1997. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo, Editora Hucitec, 222 p.
- RAMINELLI, R. 2008. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. 1ª ed., São Paulo, Alameda Editorial, 320 p.
- SENNET, R. 1988. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 447 p.
- SILVA FILHO, A.L.M. 2006. Nota Explicativa. In: F.F. ALEMÃO, *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão. Fortaleza-Crato, 1859*. Fortaleza, Museu do Ceará, 236 p.
- SÚSSEKIND, F. 2008. *O Brasil não é longe daqui: o narrador; a viagem*. São Paulo, Companhia das Letras, 320 p.
- WEHLING, A. 1994. A concepção histórica de von Martius. *Revista do IHGB*, 155(385):721-731.

Submetido: 15/12/2013

Aceito: 24/03/2014